

Vivências diaspóricas em comunidades quilombolas: empoderamento, autorreflexão e novas sociabilidades na comunidade Rio dos Macacos

Diasporic living in Quilombola communities: empowerment, self-reflection and new sociabilities in the Rio dos Macacos community

JULIANA CÉZAR NUNES *

Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília – DF, Brasil

DIONE OLIVEIRA MOURA **

Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília – DF, Brasil

RESUMO

De que forma o processo de empoderamento na comunidade quilombola Rio dos Macacos gerou capacidade autorreflexiva e novas sociabilidades? Propomos esta reflexão à luz do pensamento de Stuart Hall. Consideramos que as comunidades quilombolas recorrem a um acúmulo de experiências diaspóricas para fortalecer o movimento de resistência. No processo de empoderamento da comunidade Rio dos Macacos, percebemos a capacidade autorreflexiva nos relatos, documentos e na campanha “Somos todos Rio dos Macacos”. Novas sociabilidades foram estabelecidas, tanto na campanha, em 2012, quanto na delimitação oficial do território como comunidade remanescente de quilombo, em 2015.

Palavras-chave: Diáspora negra, comunidades quilombolas, comunicação, novas sociabilidades, Stuart Hall

ABSTRACT

In what way the empowerment process in Quilombola community Rio dos Macacos has produced a reflexive capacity and new sociabilities? We propose this reflection based on the thought of Stuart Hall. We consider that Quilombola communities rely on an accrual of diasporic experiences to reinforce resistance movement. In the empowerment process of Rio dos Macacos community, we have observed the reflexive capacity within the stories, documents and on the campaign “Somos todos Rio dos Macacos” [We are all Rio dos Macacos]. New sociabilities were established on the campaign, in 2012, as well as in the official territory delimitation as a quilombo remainder community, in 2015.

Keywords: Black diaspora, Quilombola communities, communication, new sociabilities, Stuart Hall

* Jornalista e mestra em Comunicação Social pela Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9828-8003>

E-mail: ju.nunes@gmail.com

** Professora Doutora da Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-2857-3284>

E-mail: dioneoliveiramoura@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.111606/issn.1982-8160.v10.i3p.203-216>

APRESENTAÇÃO

A TRAJETÓRIA DAS comunidades descendentes de africanos no Brasil foi marcada pelo deslocamento forçado e pela luta contra a escravidão por quase quatro séculos. A historiografia não consegue precisar, mas estima-se em quatro milhões o número de africanos traficados para o Brasil entre 1520 e 1850. Alguns estudos chegam a mencionar 15 milhões de africanos escravizados no país, uma vez que muitos deles eram contrabandeados até mesmo depois da abolição, em 1888 (Moura, 1987).

Mesmo separados de suas famílias e grupos étnicos, africanas, africanos e seus descendentes criaram na diáspora negra novos laços e recorreram a diversas formas de resistência, como guerrilhas, insurreições urbanas e quilombos – esta última possuindo referência em uma expressão africana (“banto”) que remete à habitação. Na região central da Bacia do Congo, “quilombo” também significa “lugar para estar com Deus”. Para o reino de Portugal, no final do século XVI, quilombo era toda e qualquer “habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados, nem se achem pilões neles” (Ibid.: 11).

Esses territórios reuniram milhares de africanos e descendentes, permanecendo habitados após a abolição da escravatura. Na atualidade, os quilombolas – aqueles que habitam territórios remanescentes de quilombo – seguem em luta pela titulação de suas terras, contra o racismo, pela autoafirmação cultural e pelo acesso a políticas públicas de saúde, educação, cultura e desenvolvimento agrário. Um dos instrumentos de enfrentamento com os senhores do poder na modernidade tem sido a comunicação.

Como as comunidades quilombolas e rede de parceiros utilizam processos comunicacionais articulados com atividades de mobilização, visibilidade e empoderamento? Esse foi o objeto de pesquisa de mestrado (Nunes, 2013) na qual se examinou esses itens nos processos comunicacionais da comunidade quilombola Rio dos Macacos, localizada no município de Simões Filho, região metropolitana de Salvador, a 21 quilômetros da capital baiana.

Para este artigo especificamente, propomos refletir sobre o processo de empoderamento na comunidade quilombola Rio dos Macacos e se este gerou capacidade autorreflexiva e novas sociabilidades. Propomos essa reflexão como questão central, à luz do pensamento de Stuart Hall. O artigo dialoga com o desafio colocado por Hall (2003a) de identificar estratégias culturais construídas pela comunidade negra a partir de suas tradições e lutas, levando em conta uma estética negra e repertórios culturais que constituem as contranarrativas negras, marcadas pela diversidade e, não mais, pela homogeneidade da experiência negra.

Neste artigo, examinaremos, a partir das entrevistas coletadas e da observação de campo: a) se as lideranças entrevistadas, em seus depoimentos, expressam a capacidade autorreflexiva esperada em um processo de empoderamento. Como se manifesta essa capacidade autorreflexiva? Como as lideranças expressam essa autorreflexão?; b) se o processo de empoderamento na comunidade Rio dos Macacos gerou novas sociabilidades e quais estas seriam. Como se materializaram?

Desde o ano de 2012, a comunidade Rio dos Macacos ficou em evidência nos meios de comunicação regionais e nacionais e nas redes sociais por uma série de protestos e ações na internet. Os quilombolas de Rio dos Macacos ocupam um território reivindicado pela Marinha do Brasil e próximo à Base Naval de Aratu, que abriga a praia conhecida por hospedar presidentes da República em recesso ou férias. A visibilidade da luta da comunidade quilombola na mídia e nas redes sociais foi decisiva para a escolha do local como referência para pesquisa de campo.

TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA E EXPERIÊNCIAS DIASPÓRICAS

A forma de mobilização das comunidades quilombolas remete a um acúmulo de experiências diaspóricas (Hall, 2003b), por meio da qual grupos descendentes de africanos reinventam, nos territórios fora do continente africano, uma África idealizada e reafirmam sua identidade a partir de novos padrões culturais e políticos, capazes de fortalecer um movimento de resistência. Segundo o autor, a trajetória histórica comum de deslocamento forçado e de persistente subjugação fez que as comunidades negras da América Latina e do Caribe estabelecessem na diáspora negra estratégias de resgate cultural, em ambientes marcados pela imposição de modelos culturais europeus.

Para Hall (2003a), a África é a metáfora por meio da qual é possível entender como as comunidades da diáspora são vistas e tratadas pelo mundo Ocidental. As experiências culturais diaspóricas, no entanto, revelam a capacidade de transgressão e transformação de comunidades formadas no reencontro de diferentes tradições afro, a partir da valorização das origens africanas, por mais ficcional que seja a *África* que se projeta.

Na visão de Hall (1996), as trocas entre grupos afrodescendentes têm impulsionado muitas produções no campo da representação visual, num importante movimento de busca e ressignificação de identidades com vistas à afirmação cultural e política. Portanto, a escravidão dos africanos no Novo Mundo, uma das experiências mais traumáticas de separação forçada da histó-

ria da humanidade, foi capaz de expropriar violentamente identidades culturais. A diáspora africana, assim, se constituiu como um mito funcional, capaz de cicatrizar rupturas, moldar imaginários e influenciar ações.

Na América Latina e no Caribe, a diáspora africana enquanto mito funcional se fortalece para a população afrodescendente como um todo a partir da existência de comunidades remanescentes de quilombos, formadas por africanos e seus descendentes para fugir ou resistir à escravidão. Em muitos países, essas comunidades permaneceram articuladas ou mesmo foram criadas no período pós-abolicionista, uma vez que a abolição da escravatura não veio acompanhada de garantia de direitos. Dados de 2013 revelam que o Brasil possuía 139 comunidades quilombolas tituladas pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e 2,4 mil reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (Sá, 2013).

A comunidade quilombola Rio dos Macacos estava entre as reconhecidas por sua trajetória histórica de cerca de 150 anos e cinco gerações, que descendem de africanos escravizados ou que trabalharam em regime de servidão nas fazendas de cana-de-açúcar do Recôncavo Baiano. Depois da falência das usinas de cana-de-açúcar, no início do século XX, a comunidade permaneceu no local com a promessa de que herdaria as terras em recompensa pelos serviços prestados por décadas. O histórico da permanência da comunidade no local, no entanto, ainda não foi suficientemente registrado. As principais fontes documentais da pesquisa da qual se originou este artigo foram o relatório técnico de identificação e delimitação (RTID) do território, elaborado pela Superintendência Regional do INCRA da Bahia, bem como o relatório antropológico complementar.

Esses relatórios apontam para uma paulatina e consistente tomada de consciência da comunidade sobre suas origens a partir de década de 1980, depois da consolidação da permanência da Marinha no local, por meio da construção de uma vila residencial militar e do estabelecimento de limites para o acesso dos quilombolas aos recursos naturais. Em contato com o movimento negro urbano, que se fortaleceu a partir da Constituição de 1988, as lideranças de Rio dos Macacos iniciaram o processo de resgate da história da comunidade e compreensão sobre sua condição quilombola.

Como parte desse processo identitário, em 2011, a comunidade de Rio dos Macacos fundou a Associação dos Remanescentes do Quilombo Rio dos Macacos, por meio da qual se autorreconheceu e foi certificada pela Fundação Cultural Palmares como território remanescente de quilombo. A partir desse autorreconhecimento, a comunidade procurou o INCRA, pedindo urgência no processo de delimitação do território, tendo em vista “situação de grave conflito”

e ameaças recorrentes por parte de militares. Apesar disso, em 2010, a Marinha obteve na Justiça uma decisão liminar que determinava o despejo da comunidade – decisão que não chegou a ser cumprida, pois, depois da mobilização da comunidade e da repercussão do caso, com os componentes de articulação e visibilidade que vamos abordar em seguida, o governo federal abriu uma negociação entre as partes, conduzida pela Secretaria Geral da Presidência da República.

Esse processo culminou, em 2015, no reconhecimento, por parte do INCRA, de uma área de 301,2 hectares, sendo que 104,8 foram destinados à comunidade quilombola e os outros 196,4 permaneceram sob administração da Marinha, sob a justificativa de que se trata de área de “interesse estratégico à defesa nacional” (G1 BA, 2015). Embora reconheça os 104,8 hectares como fruto do movimento de resistência, os quilombolas de Rio dos Macacos seguem em luta pela titularidade integral do território, que não incluiu sequer o rio que dá nome à comunidade e de onde as famílias tiravam seu sustento por meio da pesca.

Podemos perceber a conjuntura do processo de empoderamento dessa comunidade quilombola ao dialogar com o proposto por Hall no que ele denomina “placas tectônicas”, ou seja, ao visualizarmos a estrutura econômica, cultural, social e ideológica da comunidade quilombola Rio dos Macacos e seu entorno, cenário esse desenhado tanto por meio das próprias entrevistas quanto nos demais documentos que informam sobre o quadro.

Dessa forma, no que compete à ideologia, uma das dimensões das placas tectônicas em ação em determinada conjuntura, Hall (2005) situa o que ele denomina como problema da ideologia percebido em duas dimensões. Por um lado, afirma o autor, a teoria da ideologia ajuda a compreender como um conjunto particular de ideias se torna dominante, no sentido gramsciano. Por outro, a teoria da ideologia também possibilita perceber o processo no qual surgem novas formas de consciência e novas concepções de mundo, em um cenário de luta ideológica. Para tanto, defende o autor, “nós precisamos não apenas de uma teoria, mas da teoria adequada para a complexidade do que estamos tentando explicar” (Ibid.: 26). Interessa-nos aqui destacar a perspectiva de luta ideológica que foi identificada nos depoimentos dos entrevistados, os quais deixam transparecer a posição de antagonismo.

VISIBILIDADE, NOVAS SOCIABILIDADES E CAPACIDADE AUTOR-REFLEXIVA

A pesquisa que originou este artigo se baseou num estudo de campo de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, fins exploratórios e utilização de entrevista semiestruturada, além de conversas e observação empírica, com

lideranças da comunidade quilombola Rio dos Macacos, na Bahia, e representantes da rede de parceiros. As entrevistas ocorreram a partir de perguntas gerais orientadoras, reformuladas e alteradas no decorrer dos encontros. Trechos das entrevistas foram classificados a partir dos referenciais da análise de conteúdo e, categorias temáticas, de modo que esse desmembramento dos textos possibilitasse uma compreensão mais aprofundada dos depoimentos, bem como a realização de inferências sobre os processos descritos.

A partir de sondagens iniciais durante a observação de campo na comunidade quilombola e da permanência na comunidade para a compreensão de sua realidade e história, ao todo foram entrevistadas cinco lideranças quilombolas de Rio dos Macacos e cinco lideranças de movimentos sociais das redes de apoio.

A visita de campo à comunidade foi antecedida pelo estudo de documentos históricos que lhe dissessem respeito, entre eles o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID do território, elaborado pela Superintendência Regional do INCRA da Bahia, bem como o relatório antropológico complementar, coordenado pela antropóloga Bruna Zagatto (2012). Esse estudo prévio à pesquisa de campo contribuiu para a compreensão da história e da trajetória de luta da comunidade quilombola, o que deu mais elementos para as entrevistas com lideranças e representantes da rede de parceiros.

A partir das entrevistas realizadas com as lideranças quilombolas de Rio dos Macacos e com representantes da rede de apoio, tomamos como base instrumentos da análise de conteúdo (AC). Essa metodologia nos permite identificar as unidades de textos mais frequentes (ou seja, as palavras e expressões) para compreender o modo de enunciação dos entrevistados e, a partir daí, proceder à análise crítica do conteúdo em questão. Uma das categorias que se configurou na AC foi a de empoderamento.

Nessa categoria de empoderamento, buscamos ver como se manifestam os elementos de visibilidade, novas sociabilidades e capacidade autorreflexiva. Observaremos a presença desses três elementos no processo de empoderamento da comunidade Rio dos Macacos, tendo como material empírico para análise tanto as entrevistas realizadas com as lideranças quilombolas quanto a observação das redes sociais durante o ano de 2012, especialmente a campanha “Somos todos Rio dos Macacos”.

A categorização dos depoimentos nos permite confirmar que as atividades organizadas pelos quilombolas e pela rede de apoio utilizam símbolos e formatos já consagrados, ao mesmo tempo que trazem novos elementos de disputa do campo político, como a capacidade de agendamento midiático e engajamento à causa nas redes sociais. Para mobilizar parceiros, foram organi-

zadas reuniões, seminários, audiências públicas e visitas à comunidade. Esses encontros resultaram na redação de notas, manifestos, faixas e cartazes. Palavras de ordem foram incorporadas por artistas, *rappers*, estudantes, capoeiristas e outros atores sociais que possuem lugar de fala de destaque na sociedade.

Como exemplo da ampliação dessa rede de apoio está o engajamento do *rapper* paulista Emicida na mobilização em defesa da comunidade Rio dos Macacos (Figura 1). Em seu perfil no Twitter, no dia em que visitou a comunidade para uma ação de distribuição de alimentos arrecadados, constava a seguinte frase: “Fui ao quilombo Rio dos Macacos. Existe minha vida antes e depois de hoje”. A frase sintetiza a forma como o mito funcional da África ou de uma comunidade que remete a ela tem força para inspirar ações e estabelecer conexões na diáspora, conforme já apontavam as reflexões de Hall (1996, 2003a, 2003b).



FIGURA 1 – Comunidade Rio dos Macacos apresenta cartazes da campanha

Fonte: Página do Facebook SOS – Quilombolas do Rio dos Macacos. Disponível em: <<http://bit.ly/2gPzPNe>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

As parcerias e os textos construídos coletivamente sustentaram de maneira estratégica o momento seguinte da mobilização, em que a comunidade e a rede de parceiros fecharam pistas de rodovias, ocuparam prédios públicos e realizaram atos em eventos sobre outros temas. O formato das atividades mesclava elementos culturais tradicionais (Bumba meu boi *parindo* faixas de

Vivências diaspóricas em comunidades quilombolas: empoderamento, autorreflexão e novas sociabilidades na comunidade Rio dos Macacos

protesto e peças teatrais de cunho político) e formas contemporâneas de mobilização, como convocação de pessoas por meio do aplicativo do Facebook. Os protagonistas das ações convergem no entendimento de que a força do movimento está na mobilização de rua. Todos esses elementos são propiciadores de novas sociabilidades, considerando que criam novos espaços de interação e compartilhamento de experiências sociais, que se amplificam nos ambientes virtuais, apesar de a própria comunidade não ter acesso à internet.

Para garantir uma visibilidade perene, a rede de parceiros recorreu a uma importante diversidade de formatos de mídias e plataformas de divulgação relacionadas a uma estratégia de comunicação mais ampla. Produziu vídeos com depoimentos de artistas, criou grupos no Facebook, adotou perfil no Twitter, criou marcas (Figura 2), selos (Figura 3) e avatares (representações virtuais em forma de imagem). Ativistas e comunicadores foram designados para cobrir os atos e enviar informações, imagens e vídeos para outros militantes, que alimentavam as redes sociais remotamente.



FIGURA 2 – Marca da campanha “Somos Quilombo Rio dos Macacos”

Fonte: Arquivo do movimento Quilombo Xis



FIGURA 3 – Cartaz da campanha “Somos Quilombo Rio dos Macacos”

Fonte: Site do Movimento DESOCUPA.
Disponível em: <<http://bit.ly/2gPziuS>>. Acesso em: 1 jul. 2013

Os quilombolas e a rede de parceiros também buscaram estabelecer contato com jornalistas e mídias mais receptivas às demandas de uma comunidade em confronto com uma instituição militar; seja por motivos estritamente ideológicos do campo político de esquerda (“horror de milico”), seja pelo fato de terem passado por atividades de formação do movimento social negro.

A partir desses processos comunicacionais de *visibilidade*, os relatos de violência e as reivindicações políticas da comunidade de Rio dos Macacos passaram a ecoar na sociedade e instâncias dos poderes públicos. As ações estratégicas desaguaram na ampliação do sentimento de unidade e de força por parte dos quilombolas e da rede de apoio e da repercussão nacional e internacional da disputa territorial.

Observamos a manifestação da capacidade autorreflexiva da comunidade expressa tanto nas entrevistas da pesquisa quanto em outros eventuais documentos, exemplo da campanha “Somos todos Rio dos Macacos” ou o slogan “Nós num somo invasor não, meu senhor, quando eles chegaram, acharam a gente”, que consta na Carta do Quilombo Rio dos Macacos (2012).

Nota-se a capacidade autorreflexiva presente nos relatos dos quilombolas que, ao longo do processo de reivindicação da titularidade coletiva da terra, se voltaram para o que pode ser visto como uma cultura diaspórica e da história de seus ancestrais. A partir dela, passaram a lutar por direitos historicamente expropriados e a conquistar. Essa reflexão se evidencia em falas como a do quilombola José Rosalvo de Souza, o William, que revela o desejo de retomar “toda a nossa cultura de volta”, ensinar os filhos a lutar e “ter nossa vida digna como qualquer cidadão brasileiro tem direito” (comunicação oral).

Aplicando a análise de conteúdo em torno dos temas centrais *capacidade autorreflexiva, empoderamento e mobilização e visibilidade e empoderamento*, privilegiamos a análise da categoria empoderamento, buscando perceber se esse processo surge associado a uma capacidade autorreflexiva e a novas sociabilidades.

É importante perceber, ainda, as relações que se estabelecem entre os quilombolas de Rio dos Macacos e os de Ilha de Maré: eles construíram uma relação de cooperação mútua, marcada pelo reconhecimento das raízes históricas comuns, bem como por desafios atuais similares, como luta pela terra e pela preservação da memória. A forma como cada comunidade enfrenta esses desafios serviu para o fortalecimento de ambas. Os quilombolas de Ilha de Maré, que já tinham experimentado a articulação de ações nas redes sociais e a organização de protestos com foco na visibilidade midiática, repassaram aos quilombolas de Rio dos Macacos suas estratégias de enfrentamento. Os quilombolas de Rio dos Macacos, por sua vez, compartilharam saberes e práticas que já haviam se perdido na Ilha de Maré, bem como revelaram estratégias de resistência diante da força militar.

Trata-se de uma troca contínua, inspiradora, ancestral e respeitosa, resgatada a partir do depoimento da entrevistada Eliete Paraguassú, representante quilombola do Movimento de Pescadores e Pescadoras de Ilha de Maré, que fez referência à articulação com Rio dos Macacos: “Não foi a gente que desco-

briu a força da comunidade. Eles já tinham força, sabiam que queria permanecer ali. A colônia de pescadores financia a articulação e a participação nos atos para chamar a atenção da sociedade.

Ainda no aspecto de sociabilidades, é possível notar que, apesar de as lideranças considerarem como ainda não alcançado o objetivo final da luta, as novas parcerias e as frentes de negociação e repercussão externa levaram a um fortalecimento da unidade e disposição do grupo para a resistência, expresso em diversas falas das lideranças entrevistadas. Dentre elas, destacamos a seguinte, da líder quilombola de Rio dos Macacos Rose Meire dos Santos Silva: “Sempre pensamos que iríamos morrer aqui lutando por essa terra. A diferença é que agora sabemos que vamos morrer, mas muita gente vai ficar sabendo” (comunicação pessoal). Consideramos essa frase como uma síntese de todo o processo analisado, da mobilização ao empoderamento, e avaliamos que, nela, podemos encontrar respostas para muitas das perguntas que motivaram esta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo exploratório e da pesquisa de campo, verificamos que as comunidades quilombolas utilizam processos comunicacionais articulados com atividades de mobilização, visibilidade, empoderamento e geração de novas sociabilidades.

O início desses processos, em geral, se dá a partir do acirramento de ameaças de despejo e ações de violência contra as comunidades. Os descendentes de africanos, que se constituíram enquanto grupo a partir de uma invisibilidade estratégica para se contrapor à escravidão, recorrem a outros movimentos sociais para construir uma rede que se movimenta a partir de identidades, de adversários e de projetos em comum, tornando-se visível com objetivos interligados (Scherer-Warren, 2008).

O estudo conclui que os espaços de reflexão, discussão e ação produzidos a partir dessa nova rede contribuem para o resgate da memória e para a autoafirmação étnica negra e quilombola (Moura, 1990; Moura, 2012). Por outro lado, também confirma o emprego das plataformas digitais na atuação contra o excesso de esquecimento coletivo (Moura Figueiredo; Nunes, 2014). O formato de mobilização remete a um acúmulo de experiências diaspóricas (Hall, 2003b). As ações planejadas e executadas na busca por visibilidade e empoderamento trazem consigo o histórico de vivências diaspóricas, no sentido proposto por Hall, mas em uma experiência localizada no Brasil, marcada pela elaboração de um valioso sistema de ataque, defesa e resistência – defesa

e resistência essas capazes de colocar em questão as principais contradições da ordem política dominante (Moura, 1987; Anjos, 2011).

Esse cenário, no entanto, ainda não produz alterações estruturais na agenda e ideologia propagada pela mídia privada, até mesmo pelo fato de ela estar subordinada a interesses de detentores do poder econômico e político, frequentemente situados no polo contrário ao das comunidades negras e quilombolas (Ferreira, 2004; Clavelin, 2011).

Sobretudo, na análise dessa mobilização da comunidade quilombola Rio dos Macacos, constatamos, mais uma vez, a centralidade da cultura, como proposto por Hall (1997), no sentido de compreender que a ação social é uma ação cultural, pois, como prática social, comunica um significado. Nesse caso, um significado de empoderamento e autorreflexão de uma comunidade que passou a narrar sua história (por meio dos eventos culturais, vídeos, postagens na web etc.) para se colocar e obter visibilidade no cenário político e midiático, com o objetivo de garantir sua permanência no território ancestral e alcançar direitos sociais.

Uma nova linguagem de ação política e comunicacional é desenvolvida com base em práticas culturais silenciadas pelos detentores do poder político e econômico. Uma vigorosa mobilização off-line antecede a ocupação do espaço midiático. Primeiro, as comunidades compartilharam informações e se fortaleceram presencialmente para depois ocupar rodovias, ruas, órgãos públicos e teatros. Podemos ver nesse processo, o mesmo que afirmado nas palavras do poeta Nelson Maca (2008): “Guerra preta, estratégia quilombola!”.

Esses novos espaços de sociabilidade puderam ser observados tanto no sentido mais literal, físico, de espaço social, como eventos, passeatas, reuniões etc. quanto no sentido mais ampliado, incluindo as redes virtuais. Nessa perspectiva, a reivindicação da propriedade coletiva de uma terra, historicamente ocupada por descendentes de africanos em luta contra a escravidão, deixa de ser uma batalha restrita a tribunais e parlamentos para mobilizar outros grupos sociais negros habituados a atuar em blogs, redes sociais e sites.

Na comunidade quilombola Rio dos Macacos percebemos a capacidade autorreflexiva como manifesta nos relatos das lideranças entrevistadas e nos documentos do processo de mobilização da campanha “Somos todos Rio dos Macacos”, e um posicionamento crítico da comunidade sobre a territorialidade quilombola, expressa em outros eventuais documentos, a exemplo do slogan “Nós num somos invasor não, meu senhor, quando eles chegaram, acharam a gente”, o qual consta na Carta do Quilombo Rio dos Macacos (2012); *novas sociabilidades* foram percebidas tanto na campanha em si, realizada em 2012, quanto durante a efetivação da titularização de parte do território reconhecido oficialmente como remanescente de quilombo, no ano de 2015.

Desde o ponto de vista de uma experiência diaspórica (Hall, 2003b), a história e a vivência dos quilombolas de Rio dos Macacos revelam as potencialidades descritas por Hall. Trata-se de uma comunidade negra, afrodescendente, que compartilha com outras comunidades, famílias e grupos a origem africana, o passado de luta contra a violência e escravidão, bem como a capacidade de enfrentar diversas formas de opressão. Um enfrentamento que se vale de práticas culturais transmitidas oralmente e da capacidade de coletivizar-se como forma de engendrar estratégias comuns de sobrevivência. Estratégias que permitem a constituição de novas identidades e protagonismos, capazes de causar desconforto aos detentores do poder.

Em que pese todo esse processo de mobilização, empoderamento, autorreflexão e abertura a novas sociabilidades, a comunidade Rio dos Macacos continua sob impasse desde 2012 – quando iniciou a campanha por mais visibilidade midiática – até a data de redação deste artigo, em 2015, sem obter sucesso, ainda, no processo definitivo de titulação das terras. Esse cenário confirma mais uma vez que, embora importante, pode ser que a visibilidade “não seja tudo” (Sovik, 2014: 181). No entanto, apresenta-se como elemento fundamental no quadro em que a comunidade quilombola Rio dos Macacos obteve exposição na mídia e construiu um processo de empoderamento, no qual demonstrou capacidade autorreflexiva. Esses são fatores que poderão ser – só o futuro dirá – passos consolidadores para a conquista definitiva do território para a comunidade, objetivo último do processo de mobilização.

Com o cenário que desenhamos até o momento de transcorrer desse impasse de posse territorial, consideramos que o trâmites institucional e legal foram apenas o primeiro passo de uma série de ações que transbordaram para o campo da cultura e da comunicação, com estratégias capazes de efetuar diferenças e de deslocar as disposições do poder (Hall, 2003a). Apesar de estarmos diante de uma visibilidade cuidadosamente regulada, há um jogo de inversão em curso, que busca criar modelos e identidades próprios.

As estratégias usadas remetem ao repertório negro apontado por Hall no célebre artigo “Que ‘negro’ é esse na cultura negra”: o estilo como matéria do acontecimento, a música como estrutura e o corpo como tela de representação (Hall, 2003a). Esses três fatores permeiam as ações de uma comunidade quilombola e sua rede de parceiros, seja nas manifestações de rua, nos atos culturais ou nas redes sociais por meio da internet. Estratégias que, à luz do pensamento de Hall, costuram uma inovação linguística capaz de ocupar um espaço social alheio e construir um repertório alternativo a partir da diversidade da experiência negra, que, no caso em estudo, uniu a vivência de comunidades

da diáspora negra que, embora de contextos diferentes (campo e cidade), se articulam e fortalecem enquanto povo da diáspora negra.

Essa possibilidade de deslocamento das disposições do poder é uma contribuição fundamental de Hall, que percebia no encontro e articulação de grupos negros um enorme potencial de descolonizar mentes, gerar empoderamento e influir no processo histórico permanentemente aberto. A experiência dos quilombolas de Rio dos Macacos e sua rede de parceiros demonstra que Hall soube traduzir academicamente as potencialidades transformadoras de cidadãos e cidadãs diaspóricos, sendo ao mesmo tempo um teórico inspirador para essas articulações transatlânticas negras. ■

REFERÊNCIAS

- ANJOS, R. S. A. dos. *Territorialidade quilombola: fotos & mapas*. Brasília, DF: Mapas Editora & Consultoria, 2011.
- CLAVELIN, I. C. *Racismo em pauta: a pluralidade confrontada no noticiário da Folha de S. Paulo na década de 2000*. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.
- FERREIRA, R. A. Quando a imprensa branca fala da gente negra: visão eurocêntrica da imprensa na cobertura de afrodescendentes. In: CARRANÇA, F.; BORGES, R. da S. *Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Sindicato dos Jornalistas do Estado São Paulo, 2004. p. 19-27.
- HALL, S. Identidade cultural e diáspora. *Revista do IPHAN*, Brasília, DF, n. 24, p. 68-75, 1996.
- _____. The centrality of culture: notes on the cultural revolutions of our time. In: THOMPSON, K. (Ed.). *Media and cultural regulation*. London: Thousand Oaks; New Delhi: The Open University; Sage Publications, 1997. p. 207-238.
- _____. Que “negro” é este na cultura negra? In: SOVIK, L. (Org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília, DF: UNESCO, 2003a. p. 317-330.
- _____. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: SOVIK, L. (Org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília, DF: Representação da UNESCO no Brasil, 2003b. p. 25-50.
- _____. The problem of ideology: marxism without guarantees. In: MORLEY, D.; KUAN-HSING, C. (Eds.). *Stuart Hall: critical dialogues in cultural studies*. Nova Iorque: Taylor & Francis e-Library, 2005. p. 24-45

- INCRA. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos. FORTES, M.E.P. Salvador, Bahia, 2012.
- INCRA reconhece área da comunidade quilombola Rio dos Macacos, na BA. G1 BA, Salvador, 18 nov. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/11/incra-reconhece-area-da-comunidade-quilombola-rio-dos-macacos-na-ba.html>>. Acesso em: 31 jul. 2016.
- MACA, N. Guerra preta estratégia quilombola. 2008. Disponível em <http://gramaticadaira.blogspot.com.br/2008/04/2008-o-ano-da-gramtica-da-ira.html>. Acesso em 03 de dez. 2016.
- MOURA, C. *Quilombos: resistência ao escravismo*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- MOURA, D. O. *A construção da memória e da identidade em filmes de cineastas negros brasileiros*. 1990. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1990.
- MOURA, D. O.; FIGUEIREDO, V.; NUNES, J. C. Mídias sociais como plataformas contra o excesso de esquecimento coletivo. In: MOURA, D. O. et al. (Orgs.). *Jornalismo e literatura: aventuras da memória*. Brasília, DF: UnB, 2014. p. 169-184.
- MOURA, G. *Festa dos quilombos*. Brasília, DF: UnB, 2012.
- NUNES, J. C. *Comunicação quilombola: cenários de mobilização, visibilidade e empoderamento*. 2013. 136 f., il. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.
- QUILOMBO RIO DOS MACACOS. [Carta] 5 mar. 2012, Bahia [para] POVO BRASILEIRO. Apelo nacional dos quilombolas do Brasil.
- SÁ, C. No ritmo atual, titulação de terras quilombolas levará mais de 150 anos. Último Segundo, 20 nov. 2013. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-11-20/no-ritmo-atual-titulacao-de-terras-quilombolas-levara-mais-de-150-anos.html>>. Acesso em: 31 jul. 2016.
- SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Cadernos do CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, 2008.
- SOVIK, L. Os projetos culturais e seu significado social. *Galáxia*, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 172-182, jan./jun., 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542014110411>
- ZAGATTO, B. P. *Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos*. Simões Filho, BA: Prefeitura Municipal de Simões Filho, 2012.

Artigo recebido em 25 de março de 2015 e aprovado em 14 de agosto de 2016.